



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

**TERMO DE REFERÊNCIA 01/2023/SMIESUST**

Este documento foi elaborado a luz da Lei Federal 14.133/2021 e da Lei Federal nº 8.987/1995 como peça integrante e indissociável de processo licitatório de contratação de serviço de transporte coletivo de passageiros da zona rural para todos os efeitos legais e de direito;

**CAPÍTULO I**  
**DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1. DO OBJETO**

**1.1** Concessão comum, sem subsídios, do serviço de transporte coletivo de passageiros da zona rural do Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, atendendo os principais Distritos de Nhúporã, Samburá e Sarandi, e suas localidades, com partida da zona rural para a sede do município e retorno inverso, a fim de atender a demanda mínima do público usuário estimado no Estudo de Demanda, através de 3 (três) linhas, conforme definições, condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

**1.1.1 Linha Samburá /São Borja**

Veículo do tipo ônibus pequeno, com lotação de no mínimo 26 a 34 passageiros e PBT entre 5 e 10 toneladas, com itinerários intercalados, realizando uma semana o Itinerário I e outra semana o Itinerário II, sucessivamente, duas viagens por semana nas segundas-feiras, uma de ida e uma de volta, rodando estimados 82km/viagem, tempo de viagem máximo estimado de 2h;

**1.1.1.1 Itinerário I:** Partindo de Samburá às 6h30, com primeiro ponto de embarque/desembarque na EMEF Osvaldina Batista da Silva, com destino para a Estação Rodoviária na sede do Município de São Borja, realizando embarques/desembarques e passando pelas localidades de Rincão do Meio, Timbaúva, Assentamento Cambuchim, São Miguel, esquina de São Marcos, Passo da Barca e Estiva, com retorno em sentido inverso às 16h;

**1.1.1.2 Itinerário II:** Partindo de Samburá às 6h30, com primeiro ponto de embarque/desembarque na EMEF Osvaldina Batista da Silva, com destino para a Estação Rodoviária na sede do Município de São Borja, realizando embarques/desembarques e passando pelas localidades de Rincão das Pedras, Assentamento Cambuchim, Mercedes, Sarandi, esquina de São Marcos, Passo da Barca e Estiva, com retorno em sentido inverso às 16h;

**1.1.2 Linha Vila Brittes / São Borja**

Veículo do tipo ônibus pequeno, com lotação de no mínimo 26 a 34 passageiros e PBT entre 5 e 10 toneladas, com itinerário único, duas viagens por semana nas quartas-feiras, uma de ida e uma de volta, rodando estimados 82km/viagem, tempo de viagem máximo estimado de 2h;

**1.1.2.1 Itinerário:** Partindo de Vila Brittes às 6h30, com primeiro ponto de embarque/desembarque na EMEF Liberato Salzano, com destino para a Estação Rodoviária na sede do Município de São Borja, realizando embarques/desembarques e passando pelas localidades de Encruzilhada, entrada para São Rafael, Coxilha Negra, Nhúporã e Pirahy Alimentos, com retorno em sentido inverso às 16h;

**1.1.3 Linha R. de Santana / São Borja**

Veículo do tipo ônibus pequeno, com lotação de no mínimo 26 a 34 passageiros e PBT entre 5 e 10 toneladas, com itinerário único, duas viagens por semana nas sextas-feiras, uma de ida e uma de volta, rodando estimados 66km/viagem, tempo de viagem máximo estimado de 2h;

**1.1.3.1 Itinerário:** Partindo de Rincão de Santana às 6h30, com primeiro ponto de embarque/desembarque na EMEF Olinto Dorneles, com destino para a Estação Rodoviária na sede do Município de São Borja, realizando embarques/desembarques e passando pelas localidades de São Ramão, Comunidade de São Pedro do Butuí, Assentamento Caçacã, Ivaí e Assentamento Cristo Redentor, com retorno em sentido inverso às 16h;

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1** A vigência da concessão será de 60 meses;

**2.2** A prorrogação do contrato respeitará a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Lei Federal nº 8.987/1995, podendo o prazo ser prorrogável por igual período;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS**

**3.1** Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns continuados sob regime de concessão (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021), com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital e especificações usuais de mercado;

## **CAPÍTULO II** **DA FUNDAMENTAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** O objeto da contratação se dá em face da necessidade de atender a demanda por transporte coletivo interdistrital de moradores da zona rural do Município de São Borja, considerando que os serviços estão inativos desde 2016, devido aos Termos de Permissão nº 146/2006 e nº 147/2006, ambos prorrogados pelo Decreto nº 13.336/2011, e também pelo Contrato nº 40/2016, resultante do processo de Dispensa de Licitação nº 09/2016, estarem encerrados;

Os serviços atendiam localidades da zona rural do município (entre elas Distrito de Samburá, Rincão do Meio, Timbaúva, São Miguel, Distrito de Sarandi, São Marcos, Vila Brittes, Distrito de Nhú-porã), e com sua ausência várias famílias acabaram ficando desassistidas com o transporte coletivo que possibilitava o acesso ao comércio e a serviços de saúde na zona urbana;

Com isso, a Administração vem recebendo, por parte das comunidades, solicitação de retorno dos serviços por meio de abaixo-assinados, demandas populares e notificações conjuntas com o Ministério Público (nº 00879.000.163/2023-0001). É de suma importância mencionar que durante a execução dos contratos anteriormente citados havia uma média de aproximadamente 700 (setecentos) bilhetes de viagem vendidos ao mês entre as localidades do Distrito de Samburá, Rincão do Meio, Timbaúva, São Miguel, Distrito de Sarandi, São Marcos, Vila Brittes e Distrito de Nhú-porã;

Assim, o objeto deste Termo de Referência visa apresentar a melhor solução para atender a necessidade do serviço de transporte coletivo interdistrital de passageiros na zona rural do Município de São Borja, que atenda as localidades e distritos da zona rural nas viagens de ida e volta da zona urbana, incluindo as localidades de Rincão de Santana, São Ramão, Comunidade de São Pedro do Butuí, Ivaí, Assentamento Caçacã, Assentamento Cristo Redentor, Distrito de Nhú-porã, Vila Brittes, São Marcos, São Miguel, Distrito de Sarandi, Timbaúva, Rincão do Meio e Distrito de Samburá;

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**5.1.** Concessão comum do serviço de transporte coletivo de passageiros da zona rural do Município de São Borja;

### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **6.1. DOS VEÍCULOS:**

Os veículos utilizados deverão obedecer todas as exigências legais para o transporte coletivo de passageiros estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

#### **6.1.1 DA SUSTENTABILIDADE**

Considerando os dispostos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União – CGU, os veículos utilizados na prestação do serviço deverão respeitar e limitar os impactos ambientais, considerando todas as medidas de tratamento previstas e determinadas neste Termo de Referência;

**6.1.1.1 Da emissão de poluentes:** Atender aos limites máximos de emissão de poluentes conforme determinações do Programa de Controle de Emissões Veiculares – PROCONVE, Resoluções CONAMA nº18/1986, nº8/1993, nº490/2018, nº492/2018 e pela Lei 8.723, de 28 de outubro de 1993;

**6.1.1.2 Da emissão de resíduos:** Descarte de resíduos, como óleo lubrificante e pneus usados, deverão respeitar as determinações legais conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resoluções CONAMA nº416/2009 e nº362/2005;

**6.1.1.3 Da emissão de ruídos:** Respeitar os limites máximos de ruídos emitidos conforme determinações das Resoluções CONAMA nº1/1993, nº08/1993, nº17/1995, nº272/2000, nº242/1998 e legislação superveniente e correlata;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

### 6.1.2 DA DEFINIÇÃO E DA CATEGORIA DOS VEÍCULOS

Os veículos utilizados deverão seguir o definido neste Termo de Referência, usando como orientação o padronizado pelo CONTRAN e pelo CTB, atendendo sempre as necessidades mínimas da linha e adequados ao transporte coletivo de passageiros na zona rural, para uso em vias pavimentadas, não pavimentadas e vias vicinais em condições precárias de trafegabilidade, priorizando sempre a saúde e a integridade física dos usuários transportados através dos equipamentos obrigatórios de segurança;

**6.1.2.1 Ônibus Pequeno:** Ônibus Pequeno, veículo de classificação M3 conforme CONTRAN para o transporte de passageiros, com apenas uma porta de serviço na lateral direita, capacidade de no mínimo 26 a 34 lugares, potência mínima do motor a diesel de 140cv e Peso Bruto Total – PBT entre 5,0 e 10,0 toneladas;

### 6.1.3 DA IDADE DOS VEÍCULOS

A idade máxima de fabricação considerada para os veículos deverá seguir o disposto neste Termo de Referência;

**6.1.3.2 Veículos definidos Ônibus Pequeno:** deverão ter no máximo 18 anos de fabricação, a contar do ano em exercício e seu respectivo ano de fabricação;

**Tabela 1. Demonstrativo da definição dos veículos**

Definição do veículo	Classificação CONTRAN	Capacidade (lugares)	Portas na Lateral Direita	Potência do Motor a Diesel (cv)	PBT (toneladas)	Idade máxima (anos de fabricação)
Ônibus Pequeno	M3	26 a 34 + condutor	Apenas 1	≥ 140cv	> 5,0t e < 10,0t	18 anos

### 6.1.5 DO VEÍCULO RESERVA, SUBSTITUTO OU DE SOCORRO

Considerando a natureza do serviço e o interesse público a ser atendido, será exigido a disponibilidade imediata de veículo reserva, substituto ou de socorro, para realizar o itinerário em caso do veículo oficial ficar impossibilitado;

**6.1.5.1** O veículo substituto deverá seguir as mesmas definições descritas neste Termo de Referência;

### 6.1.6 DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Os veículos utilizados deverão ter seguro obrigatório cuja cobertura ampare sinistros contra a vida dos passageiros e de terceiros, decorrentes da prestação de serviços de responsabilidade civil, observando as indenizações nos valores mínimos estabelecidos neste Termo de Referência;

**6.1.6.1** Danos Corporais e/ou Materiais Causados a Passageiros – R\$ 100.000,00 (mín.)

**6.1.6.2** Acidentes Pessoais para Passageiros – APP (e para Tripulantes):

a) Morte Acidental – R\$ 150.000,00 (mín.)

b) Invalidez Permanente – R\$ 150.000,00 (mín.)

c) Despesas Médicas Hospitalares – R\$ 15.000,00 (mín.)

**6.1.6.3** Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V;

a) Responsabilidade Civil para Danos Materiais a Terceiros – R\$ 75.000,00 (mín.)

b) Responsabilidade Civil para Danos Corporais a Terceiros – R\$ 75.000,00 (mín.)

### 6.2 DO CONDUTOR

Os condutores dos veículos deverão seguir os dispostos neste Termo de Referência:

a) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

b) Ser habilitado na categoria D;

c) Ser aprovado em curso especializado para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros;

d) Ter resultado negativo em exame toxicológico;

e) Qualquer outro requisito mínimo estabelecido em lei;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

### **6.3 OUTROS REQUISITOS**

**6.3.1** Realizar o itinerário de acordo com o estabelecido para a respectiva linha;

**6.3.2** Estar em concordância com todas as Leis, Decretos, Normas, Normativas, Diretrizes e Orientações que regulamentam o Transporte Coletivo de Passageiros em nível municipal, estadual e federal;

**6.3.3** A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, nos termos do inciso I, do artigo 15 da Lei Federal nº 8987/1995;

**6.3.4** Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021;

### **6.4 DOS REQUISITOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO**

Para a assinatura do Contrato, deverá ser apresentado os seguintes documentos, devidamente autenticados, podendo também serem autenticados por servidor público da Administração, conforme Art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**6.4.1 Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV:** documento do veículo oficial, expedido no Município de São Borja (conforme Lei Municipal nº 3.499/2005), a ser utilizado na respectiva linha, conforme os requisitos mínimos descritos no item 6.1 deste Termo de Referência, em nome da empresa vencedora ou, em caso de não estar em nome da vencedora, seu contrato de locação, arrendamento, leasing ou documento equivalente, contendo Declaração de Permissão de Uso emitido pelo proprietário;

**6.4.2 Carteira Nacional de Habilitação - CNH:** documento do motorista que irá realizar o transporte na respectiva linha, conforme os requisitos mínimos descritos no item 6.2 deste Termo de Referência, e documento que comprove o vínculo com a empresa vencedora;

## **CAPÍTULO III** **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1** A descrição dos serviços (linhas) deverão seguir os dispostos no item 1 deste Termo de Referência, bem como as rotas geo localizadas e itinerários detalhados no ANEXO I;

**7.2** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas pela Secretaria Municipal Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito bem como nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

### **8. DO LOCAL E DO PRAZO**

**8.1 PRAZO:** O prazo para a execução dos serviços passará a contar a partir da assinatura do contrato de concessão, estando assim a Concessionária habilitada a executar os serviços;

**8.2 LOCAL:** Os serviços deverão ser prestados nas localidades referidas nos itinerários das linhas;

### **9. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

**9.1** São obrigações do Poder Concedente:

1. Receber e aceitar o objeto no prazo e apenas nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
3. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços;
4. Comunicar a Concessionária, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Concessionária, através de servidor especialmente designado;
6. Definir e informar previamente os destinos, itinerários, datas e horários para prestação dos serviços;
7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO**

8. Requisitar os veículos necessários à execução dos serviços com antecedência de até 02 (dois) dias úteis e vistoriar os veículos, vetando aqueles que não estejam de acordo com os padrões estipulados neste projeto básico;
9. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Concessionária com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Concessionária, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
10. Recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte coletivo de passageiros se constatado, mediante vistoria, algum defeito que comprometa a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas mínimas exigidas pela legislação aplicável e por este Termo de Referência;
11. Notificar a Concessionária por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
12. Manter o estado de trafegabilidade das vias, estradas e pontes, bem como a sinalização adequada, para o trânsito dos veículos;

#### **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

**10.1** A Concessionária deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

#### **10.2 DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AOS SERVIÇOS**

1. Respeitar e limitar os impactos ambientais, considerando todas as medidas mínimas de tratamento previstas neste Termo de Referência;
2. Realizar os serviços de acordo com as exigências do transporte coletivo de passageiros, observando os preceitos legais, especialmente o disposto no CTB e considerando sempre a segurança e o conforto dos passageiros;
3. Prestar os serviços de forma ininterrupta e substituir, de forma imediata, o veículo oficial, caso existir qualquer motivo de impedimento de uso do mesmo;
4. Executar os serviços conforme especificações, em qualidade e quantidade mínimas, do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados, veículos e eventuais materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
5. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo os veículos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
8. Submeter previamente, por escrito, ao Poder Concedente, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste projeto básico;
9. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o Poder Concedente sobre os assuntos relacionados com a execução do contrato;
10. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, cabendo-lhe, ainda, prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
11. Comprovar na licitação, na assinatura e durante a vigência do contrato, sempre que e conforme solicitado, que a empresa e os veículos utilizados possuem os registros exigidos na legislação vigente;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO**

12. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que direta ou indiretamente sejam pertinentes à realização do serviço, tais como os documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas, ou relativos à sua cobrança/faturamento;
13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Poder Concedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
14. Acatar os pedidos de prestação dos serviços pela administração pública e/ou pelo servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, ficando o Poder Concedente eximido de qualquer obrigação com a Concessionária, caso a mesma não observe o disposto neste item;
15. Observar o perfeito cumprimento dos serviços contratados, cabendo-lhe integralmente, o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pelo Poder Concedente;
16. Comunicar a administração pública municipal e/ou fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
17. Relatar o Poder Concedente toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, no transporte, ou ainda quanto ao comportamento dos passageiros;
18. Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade de trânsito e dos fiscais do contrato;
19. Respeitar rigorosamente os horários de chegada e partida;
20. Responsabilizar-se e zelar pelos passageiros durante todo o itinerário;
21. Efetuar o transporte, gratuitamente, da bagagem e/ou material conduzido pelos passageiros até trinta quilos no bagageiro e cinco quilos de volume no porta embrulhos, observados os limites de dimensão constantes em resolução específica;
22. Disponibilizar um contato permanente do motorista com o setor interno da empresa Concessionária, a fim de ter suporte para veículos que estejam prestando serviços, disponibilizando-se funcionário a comparecer imediatamente no local, em caso de pane mecânica, acidentes ou ocorrências graves;
23. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela administração pública e/ou fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou as unidades federativas, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Poder Concedente autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Concessionária, o valor correspondente aos danos sofridos;
25. Proceder, às suas expensas, o reboque de veículos que, por mau funcionamento ou defeito, não possam prosseguir a viagem;
26. Efetuar no prazo máximo de 02 (duas) horas o reparo ou providenciar a substituição do veículo, ambos sob suas expensas, diante de ocorrência de acidente, avaria ou defeitos ou qualquer outro motivo, durante a execução do serviço, que impossibilite de concluir a missão. Havendo substituição do veículo, deverá ser fornecido outro de características idênticas ou superiores, observados os requisitos de conforto e segurança estabelecidos;
27. Assumir a responsabilidade inerente à sua atividade como empresa de transporte de passageiros, inclusive arcando com as despesas decorrentes de eventuais acidentes, danos pessoais, multas e outras que venham a ocorrer relacionadas à execução do objeto do contrato;
28. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidentes ou de ocorrências graves, e se necessário, acionar a polícia militar, civil ou federal e corpo de bombeiros, bem como comunicar a Administração o destino ou origem dos passageiros;
29. Responsabilizar-se pelas despesas médicas com seus empregados, bem como com passageiros, servidores e terceiros, no caso de acidentes ou outros sinistros relacionados que venham a ocorrer durante a prestação do serviço;
30. Arcar com o ônus pelo transporte dos passageiros, independentemente da apólice de seguro, sendo de total e exclusiva responsabilidade do transportador, ficando o Poder Concedente isento de qualquer pagamento indenizatório, por acidente ou outra causa, independente do título, danos estéticos, morais, psicológicos, lucros cessantes, pensões alimentícias, entre



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO**

outros, decorrentes da execução do futuro contrato, serão de responsabilidade da Concessionária;

31. Responder pelo desaparecimento de bens materiais e/ou danos causados diretamente à Administração, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, por imperícia, negligência ou imprudência, ou dolo na execução do contrato, perpetrados por seus empregados ou prepostos, bem como pelos danos à integridade física de passageiros e das pessoas a serviço do Poder Concedente, conduzidas nos veículos;
32. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Poder Concedente;
33. Arcar com todas as taxas, alvarás, despesas por acidente de trabalho e quaisquer outras indenizações referentes ao profissional disponibilizado para prestação dos serviços, inclusive uniformes, instrumentos e equipamentos necessários à execução do objeto, bem como, alimentação e hospedagem no período de cada viagem. Não permitir que passageiros sejam transportados em pé, em locais inadequados ou sem o uso do cinto de segurança cabe, sob qualquer hipótese, solidariedade ou o direito de regresso contra o Poder Concedente;
34. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
35. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica sob pena de rescisão do Contrato;
36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Poder Concedente, nos termos da Lei 14.230/2021;
37. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Poder Concedente;
38. Responsabilizar-se por todas as despesas de combustível, manutenções preventivas e corretivas, licenciamentos, pedágios, estacionamento, seguros, multas de trânsito e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços contratados;
39. Apresentar ao Poder Concedente a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
40. Prestar os serviços com profissionais habilitados com CNH – Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D”, curso de transporte coletivo e pontuação de prontuário no DETRAN, dentro dos limites da lei e nas condições do projeto básico, bem como serem registrados nas entidades impostas por lei;
41. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá;
42. Comunicar ao Poder Concedente, com antecedência, a substituição de motorista e apresentar cópia de sua carteira de habilitação, curso e demais documentos comprovando assim, que o mesmo encontra habilitado a executar o serviço;
43. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Concessionária relatar ao Poder Concedente toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
44. Não fazer exigências de trabalho aos seus condutores que possam colocar em risco os passageiros e terceiros;
45. Impedir que condutores possam trabalhar após a ingestão de qualquer dose de bebida alcoólica ou de qualquer outra substância tóxica;
46. Manter atualizado o cadastro dos seus condutores;
47. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
48. A licitante vencedora será a única responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados ou prepostos, no desempenho das tarefas relativas ao presente edital e seus anexos, na área ocupada pelos serviços e respectivas instalações ou em suas



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

imediações, responsabilizando-se, ainda, pelo cumprimento de todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários a eles referentes;

49. Respeitar e cumprir qualquer obrigação que, embora aqui não contemplada, esteja estabelecida no Edital e seus anexos ou que alguma legislação venha a impor
50. Repassar à Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de São Borja – AGESB, o percentual de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor mensal bruto arrecadado, conforme a Lei nº 4.280/2010;
51. Disponibilizar ao público, por meio de escritório ou contato direto, meio de atendimento para receber sugestões, reclamações e orientações;
52. Em relação à tarifa/passagem, a Concessionária deverá:
  - a) Realizar a emissão e a comercialização das tarifas/passagens, através de pontos de venda, na zona rural e no decorrer das viagens, de sua inteira responsabilidade, cabendo a si a divulgação de forma precisa dos valores, afim de facilitar a aquisição pelos usuários;
  - b) Isentar 40% (quarenta por cento) da tarifa/passagem do idoso a partir de 65 anos, mediante apresentação de credencial emitida por entidade conveniada a FETAPERGS (Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul), limitado a duas tarifas/passagens por viagem, conforme a Lei Estadual 10.982/1997, e suas alterações;
  - c) Isentar a tarifa/passagem de crianças com idade inferior a 6(seis) anos, desde que não ocupam assento e indo no colo do responsável, limitado a 1(uma) criança por adulto pagante;
  - d) Isentar a tarifa/passagem de policiais militares a serviço, limitado a 2 (duas) tarifas/passagens por viagem, desde que apresentem a carteira de identidade funcional, e permaneçam fardados do embarque ao desembarque, previsto na Lei Estadual nº 9.823/1993;
  - e) Isentar a tarifa/passagem de pessoas com deficiência física, mental ou sensorial, comprovadamente carentes, devendo ter a carteirinha emitida pela Secretaria de Assistência Social do Município. Caso o deficiente não tenha condição de se deslocar sozinho, poderá cadastrar acompanhante, e este também terá direito a passagem gratuita, após cumprir com todas as exigências prevista na Lei Municipal 3.981/2008;

### 10.3 DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO VEÍCULO

A Concessionária deverá manter, durante toda a execução do contrato, veículo que corresponda a todas as definições descritas neste Termo de Referência;

1. O veículo deverá:
  - a) Ser, no mínimo, tipo ônibus pequeno, categoria M3/CONTRAN;
  - b) Possuir capacidade mínima de lotação de 26 a 34 lugares;
  - c) Possuir PBT – Peso Bruto Total entre 5 (cinco) e 10 (dez) toneladas;
  - d) Possuir cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros, de acordo com a legislação;
  - e) Possuir capacidade de transitar em estradas pavimentadas e não pavimentadas;
  - f) Possuir equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (crono tacógrafo);
  - g) Possuir dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
  - h) Possuir pneus em boas condições de uso;
  - i) Possuir portas e janelas em perfeito estado de funcionamento;
  - j) Possuir idade de no máximo 18 (dezoito) anos de fabricação, conforme a fórmula:

$$I_V = A_E - A_V$$

Onde:

$I_V$  = Idade do veículo;

$A_E$  = Ano em exercício;

$A_V$  = Ano de fabricação do veículo no Certificado de Registro do Veículo;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO**

2. Manter apólice de seguro do veículo válida, que contemple a cobertura indenizações previstas neste Termo de Referência:
  - a) Danos Corporais e/ou Materiais Causados a Passageiros de R\$100.000,00;
  - b) Acidentes Pessoais para Passageiros – APP (e para Tripulantes) por Morte Acidental de R\$150.000,00, Invalidez Permanente de R\$150.000,00 e Despesas Médicas Hospitalares de R\$15.000,00;
  - c) Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V para Danos Materiais a Terceiros de R\$75.000,00 e para Danos Corporais a Terceiros de R\$75.000,00;
3. Atender aos limites e requisitos de sustentabilidade descritos neste Termo de Referência:
  - a) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes conforme determinações do Programa de Controle de Emissões Veiculares – PROCONVE, Resoluções CONAMA nº18/1986, nº8/1993, nº490/2018, nº492/2018 e pela Lei 8.723, de 28 de outubro de 1993;
  - b) Descarte de resíduos, como óleo lubrificante e pneus usados, deverão respeitar as determinações legais conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resoluções CONAMA nº416/2009 e nº362/2005;
  - c) Respeitar os limites máximos de ruídos emitidos conforme determinações das Resoluções CONAMA nº1/1993, nº08/1993, nº17/1995, nº272/2000, nº242/1998 e legislação superveniente e correlata;
4. Seguir o que dispõe a Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) com relação à segurança no transporte coletivo de passageiros, cabendo à Concessionária toda a responsabilidade legal;
5. Encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpos, não ter assentos rasgados e não apresentar rachaduras na lataria ou pontos de ferrugem, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;
6. Manter o veículo limpo e em bom estado de higienização, prezando sempre pela saúde e conforto dos usuários;
7. Realizar manutenções no veículo, ordinárias e extraordinárias, prezando sempre pela segurança dos passageiros;

#### **10.4 DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AOS CONDUTORES**

1. Comparecer, imediatamente, sempre que convocados, ao local designado pelo Poder Concedente, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados à prestação dos serviços;
2. Contatar regularmente o Gestor/Fiscal do Poder Concedente, mantendo-o informado de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços;
3. Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pelo Poder Concedente, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir a boa e regular prestação dos serviços;
4. Efetuar a venda das tarifas/passagens no itinerário das viagens;
5. Tratar os passageiros com polidez;
6. Auxiliar os passageiros a ingressarem no veículo quando necessário;
7. Cumprir integralmente as normas de trânsito vigentes e demais legislações correlatas ao serviço, bem como conduzir o veículo com segurança e responsabilidade respeitando os limites de velocidade, para prevenir acidentes ou situações de risco no trânsito;
8. Não trabalhar após ter ingerido qualquer dose de bebida alcoólica ou de qualquer outra substância psicoativa que determine a dependência;
9. Não permitir que os passageiros fumem ou façam uso de bebida alcoólica ou qualquer outra droga ou entorpecente lícito ou ilícito durante o trajeto da viagem, dentro do veículo;
10. Não fazer uso de telefone celular quando estiver dirigindo;
11. Apresentar-se com uniforme adequado para a condução de veículos, com identificação da empresa;
12. Sempre portar documentos pessoais e crachá com seu nome;
13. Manter em boas condições de higiene e limpeza os veículos com que trabalha;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

14. Manter em ordem e em funcionamento todos os itens de segurança dos veículos (luzes, extintores, triângulos, portas, janelas e cintos), de forma a solicitar, sempre que for necessária a manutenção preventiva ou corretiva dos mesmos, bem como dos demais componentes que permitam a adequada utilização do veículo;
15. Fechar a porta do veículo e deslocar-se somente quando todos os passageiros estiverem acomodados no veículo, e inclusive o motorista, com cinto de segurança;
16. Cumprir rigorosamente todas as rotas de itinerário para o embarque e desembarque dos passageiros, respeitando os horários;
17. Evitar conversas desnecessárias com os passageiros durante o trajeto;
18. Demonstrar e praticar sempre a boa vontade e dedicação no cumprimento do serviço contratado;
19. Procurar resolver divergências com os passageiros, sempre usando o bom senso;
20. Permitir e facilitar a fiscalização pelos agentes da autoridade de trânsito e da Fiscalização do Contrato;
21. Conduzir os veículos até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;
22. Aproximar o veículo do acostamento da estrada para efetuar o embarque e desembarque de passageiros;
23. Recolher, guardar e posteriormente entregar em no máximo de 1 (um) dia qualquer objeto esquecido no veículo;
24. Orientar os passageiros, coibindo qualquer comportamento inadequado durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em risco;
25. Não se ausentar do veículo quando estiver aguardando passageiros, exceto para garantir maior segurança dos mesmos;
26. Não abastecer o veículo quando estiver conduzindo os passageiros;
27. Não conduzir veículos com excesso de lotação;
28. Não dirigir o veículo estando com carteira de habilitação vencida, suspensa ou cassada na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro;
29. Manter o controle de embarque e desembarque dos passageiros nos pontos correspondentes a sua linha, só podendo ser deixado em outro local quando solicitado pelo mesmo;
30. Não permitir que passageiros sejam transportados em pé, em locais inadequados ou sem o uso do cinto de segurança;

## **11. DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS**

### **11.1 São direitos de todos os usuários;**

1. Receber o serviço adequado, com pontualidade, segurança, higiene e conforto;
2. Receber do Poder Concedente e da Concessionária informações para a defesa de interesses individuais e coletivos, bem como informações das características do serviço, como valores das tarifas, itinerários, horários, veículos e condutores;
3. Carregar gratuitamente bagagens de até 30kg (trinta quilos) no bagageiro, limitado a um metro de dimensão máxima, e de até 5kg (cinco quilos) no porta embrulhos;
4. Receber a isenção de 40% (quarenta por cento) da tarifa/passagem caso seja idoso a partir de 65 anos;
5. Receber a isenção total tarifa/passagem caso seja criança com idade inferior a 6(seis) anos, desde que não ocupam assento;
6. Receber a isenção da tarifa/passagem caso seja de policial militar a serviço;
7. Receber a isenção da tarifa/passagem caso seja pessoas com deficiência física, mental ou sensorial, comprovadamente carente;
8. Oferecer sugestões de melhorias dos serviços por escrito ou por comunicação verbal reduzida a termo, devidamente identificada;

### **11.2 São deveres de todos os usuários;**

1. Pagar o valor da tarifa/passagem;
2. Identificar-se e atender às exigências e as orientações dos motoristas e dos fiscais;
3. Zelar pela conservação e pela higiene do veículo;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

4. Zelar pela tranquilidade e conforto dos demais passageiros;
5. Comportar-se com urbanidade e de forma respeitosa;
6. Usar o cinto de segurança;
7. Não conversar com o condutor enquanto ele estiver dirigindo;
8. Não fumar no interior do veículo;
9. Não portar e nem ingerir bebida alcoólica ou qualquer substância ilícita;
10. Não portar arma de qualquer natureza;
11. Subir e descer do veículo apenas quando este estiver parado;
12. Não embarcar nem transportar animais domésticos ou silvestres sem acomodação adequada, respeitando a legislação vigente;
13. Não embarcar objetos que não sejam apropriado para o porta embrulhos ou que comprometam o conforto e a segurança dos passageiros;

**12. GARANTIA (E/OU VALIDADE)**

**12.1** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação por tratar-se de serviço comum continuado com histórico de contratações anteriores em que não houve registro de problemas de interrupção;

**CAPÍTULO IV**  
**DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**13.1** Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**13.2** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**13.3** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

**13.4** O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

**13.5** O responsável pela gestão do contrato será o Diretor de Segurança Pública e Trânsito, da Secretaria Municipal Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito;

**13.6** A fiscalização do contrato será feita pelo servidor Tiago Gauna Schifelbein, Fiscal de Trânsito, matrícula 1613, lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança E Trânsito;;

**13.6.1** O substituto do responsável pela fiscalização da contratação será o servidor Cláudio Corso da Silva, Fiscal de Trânsito, matrícula 0594, lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito;

**14. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES**

**14.1** o Poder Concedente reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da Concessionária acolhê-las;

**14.2** o Poder Concedente, por meio do responsável ao acompanhamento e à fiscalização do contrato, realizará inspeção a fim de aceitação do veículo e seu condutor, assegurando os requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência;

**14.3 DA INSPEÇÃO PARA ACEITAÇÃO DO VEÍCULO**

Para a aceitação do veículo da Concessionária será exigido que esse seja aprovado no *Laudo de Vistoria Veicular* do Departamento de Trânsito da Prefeitura Municipal de São Borja, sendo o laudo apresentado junto com toda a documentação necessária e exigida para o transporte coletivo de passageiros, conforme descrito entre os itens 13.3.1 e 13.3.8;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

**14.3.1** Aprovado em Inspeção de Segurança Veicular, expedida por órgão avaliador capacitado;  
**14.3.2** Autorização para Trânsito de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul – Detran-RS;

**14.3.3** Apólice de Seguro do Veículo e respectivo comprovante de pagamento, que contemple as coberturas mínimas descritas neste Termo de Referência: Danos Corporais e/ou Materiais Causados a Passageiros, Acidentes Pessoais para Passageiros – APP por Morte Acidental, por Invalidez Permanente e Despesas Médicas Hospitalares, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V para Danos Materiais a Terceiros e para Danos Corporais a Terceiros;

**14.3.3.1** Se o pagamento da apólice for parcelado deverá ser apresentado comprovante de pagamento das parcelas mês a mês, até quitação;

**14.3.4** Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV;

**14.3.5** Certificado de Verificação do Cronotacógrafo do veículo expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;

#### **14.4 DA INSPEÇÃO PARA ACEITAÇÃO DO CONDUTOR**

Para a aceitação do condutor do veículo da Concessionária será exigido a apresentação de toda a documentação legal necessária para o transporte coletivo de passageiros conforme o CTB, em especial o descrito entre nos itens abaixo:

**14.4.1** Documento comprovando ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

**14.4.2** Carteira Nacional de Habilitação categoria D;

**14.4.3** Certificado de aprovação em curso especializado para a condução coletiva de passageiros;

**14.4.4** Resultado negativo em exame toxicológico (Lei nº 14.071/2020);

**14.4.5** Certidão de antecedentes criminais;

### **CAPÍTULO V** **DO RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO, MEDIÇÃO, PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO**

#### **15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**15.1** O recebimento do serviço se dará de forma mensal, sendo precedido do Comprovante da Prestação dos Serviços, conforme o descrito neste Termo de Referência;

#### **15.2 DO COMPROVANTE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O Comprovante da Prestação dos Serviços deverá consistir dos documentos descritos a seguir, devendo ser apresentado de forma mensal para o responsável pela fiscalização e para a AGESB:

**15.2.1 Relatório de Passagens Vendidas:** relatório detalhado das passagens/tarifas vendidas ao público, descrevendo o local da venda, ponto de partida/embarque, ponto de destino/desembarque, quantitativo por linha, localidade e montante total ao mês;

**15.2.2 Relatório de Quilometragem Rodada:** relatório detalhado, do período do mês em exercício do serviço, da quilometragem rodada, detalhada diariamente e do montante total no mês;

#### **15.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

A Concessionária apresentará, de forma mensal, para o responsável ao acompanhamento e à fiscalização do contrato e para a AGESB, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, o Comprovante da Prestação dos Serviços, preferencialmente em mãos, ou digitalizado, sem rasuras e perfeitamente legíveis;

#### **15.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 dias úteis após o recebimento provisório, havendo a medição e a verificação da qualidade dos serviços executados e consequente aceitação do objeto;

**15.4** A entrega e o recebimento poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**15.5** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução do objeto;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

## **16. DA MEDIÇÃO E DA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE**

### **16.1 DA MEDIÇÃO**

A medição dos serviços prestados, para fins de fiscalização, será realizada em vista do Comprovante da Prestação dos Serviços, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato verificará e realizará a medição e a checagem necessária, considerando os dispostos neste Termo de Referência;

**16.1.1** Verificar a autenticidade do documento e dos dados fornecidos;

**16.1.2** Verificar a qualidade dos serviços;

**16.1.8** Caberá à Secretaria Municipal Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito qualquer alteração ou aprimoramento na forma de medição, sempre prestando informações a Concessionária a fim de esclarecimentos e transparência;

### **16.2 DA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE**

A verificação poderá ocorrer a qualquer momento, sendo obrigatória no intervalo de 3 (três) em 3 (três) meses, realizando a Aferição da Qualidade, conforme checklist no ANEXO II deste Termo de Referência, e terá o objetivo de avaliar o objeto nos moldes contratados e aferir se a qualidade, o tempo e o modo da execução estão compatíveis com os estabelecidos neste Termo de Referência, podendo o Poder Concedente ser auxiliada pelos atores envolvidos na prestação do serviço, especialmente os elencados abaixo:

**16.2.1 Responsável pelo acompanhamento e fiscalização:** O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato poderá realizar fiscalização *in loco* a qualquer momento, a fim de atestar as condições do veículo, do condutor e a correta execução do serviço, conforme o determinado neste Termo de Referência, as necessidades da linha e as determinações da Secretaria Municipal Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito;

**16.2.2 Público:** a manifestação do público usuário poderá ocorrer a qualquer momento, por contato direto ou pesquisa de satisfação, a fim de aferir os resultados da prestação dos serviços e os procedimentos utilizados pela Concessionária, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto;

**16.2.3 AGESB:** a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados – AGESB exercerá as funções regulamentárias dos serviços, sendo também de sua competência a fiscalização, para verificar se os serviços estão sendo prestados de acordo com os padrões técnicos, conforme a Lei Municipal nº 4.280/2010;

## **17. DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

**17.1** A remuneração da Concessionária se dará pela venda direta da tarifa ao público usuário, sendo o montante resultado da multiplicação do valor da tarifa homologada e o número de passageiros que usaram o serviço conforme fórmula a seguir;

$$\text{Remuneração} = \text{Tarifa} \times \text{Passageiros}$$

### **17.2 DAS RECEITAS ALTERNATIVAS**

À Concessionária fica assegurado o direito à receitas alternativas à remuneração citada no item 16.1:

**17.2.1** Publicidade: utilização e exploração de publicidade no vidro traseiro do veículo, vedada a publicidade de produtos alcoólicos, tabagísticos, de natureza político-partidário e discriminatória;

**17.2.2** Encomendas: utilização do veículo, desde que no percurso normal da linha, para envio de encomendas até um destino dentro do itinerário, possibilitando o envio de produtos do comércio local para os residentes na zona rural;

**17.2.3** Outra, cabendo para todas aprovação e autorização do Poder Concedente;

### **17.3 DO REPASSE À AGESB**

Deverá a Concessionária, repassar à Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de São Borja – AGESB, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor mensal bruto arrecadado, conforme Lei Municipal nº 4.280/2010;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

**17.3 DA PUBLICAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Concessionária deverá enviar, mensalmente, para a AGESB, a prestação de contas e as demonstrações financeiras, que serão publicadas mensalmente em seu sítio virtual <[www.agesb.com.br](http://www.agesb.com.br)>;

**18. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**18.1** Os valores contratuais poderão sofrer reajuste e equilíbrio econômico-financeiro, após um ano da assinatura do contrato e de forma anual, devido variação expressiva dos preços praticados no mercado, a fim de manter as condições efetivas da proposta, podendo este ser pedido tanto pelo Poder Concedente como pela Concessionária;

**18.2** O índice a ser usado refletirá os custos pertinentes aos custos com combustível, salário dos motoristas e os índices de inflação, conforme a fórmula a seguir:

$$IR = i_m + i_c + i_p$$

Onde:

$IR$  = índice de reajustamento a ser aplicado;

$i_m$  = porcentagem de variação do reajuste salarial de acordo com Convenção Coletiva de Trabalho;

$i_c$  = porcentagem de variação do preço médio do combustível óleo diesel divulgado pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

$i_p$  = IPCA/IBGE acumulado no período da data-base vinculada à data do orçamento estimado;

**18.3** O reajuste será realizado por meio de Apostilamento;

**CAPÍTULO VI**  
**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES**

**19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**19.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas em Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO**

**19.2.1** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.2.2 DA ADVERTÊNCIA**

**19.2.2.1** A Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**19.2.2.2** Conforme disposto no inciso I do item 19.2.1, a Advertência será aplicada ao não cumprimento de obrigações contratuais que venham a ser consideradas faltas de grau leve, entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**19.2.3 DA MULTA**

**19.2.3.1** De 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, aplicada por reincidência em falta de grau leve, entendida como aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado, em que já tenha sido aplicada a penalidade de Advertência;

**19.2.3.2** De 1% (um por cento) do valor do contrato, aplicada por falta de grau médio, entendidas como aquelas que acarretam prejuízos para o serviço contratado;

**19.2.3.3** De 2% (dois por cento) do valor do contrato, aplicada por falta de grau grave, entendidas como aquelas que acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**19.2.3.4** De 5% (cinco por cento) do valor do contrato, aplicada por falta de grau gravíssimo, entendidas como aquelas que colocam em risco a saúde e a integridade física dos usuários e terceiros;

**19.2.4 DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

**19.2.4.1** O Impedimento de Licitar e Contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 2 anos;

**19.2.5 DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**

**19.2.5.1** A Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 anos;

**19.2.5.2** A Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar será precedida de análise jurídica e será aplicada pelo Poder Executivo, sendo de competência exclusiva do Prefeito Municipal;

**19.2.6** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 19.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

**19.2.7** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**19.2.8** A aplicação das sanções previstas no item 19.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

**19.2.9** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 19.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**19.2.10** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 19.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Concessionária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**Tabela 2. Demonstrativo do grau das infrações**

<b>Grau</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição da Infração</b>
<b>Leve</b>	1	Deixar de garantir que o motorista tenha adequado comportamento moral/bom senso.
	2	Deixar de manter o veículo limpo, higienizado ou fora de padronização.
	3	Deixar de informar ou omitir dados e informações pertinentes à prestação do serviço.
<b>Médio</b>	4	Deixar de executar, suspender ou interromper o serviço contratado, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.
	5	Deixar de cumprir obrigação contratual, após reincidência notificada e/ou advertida.
	6	Deixar de cumprir determinação ou instrução formal da fiscalização.
<b>Grave</b>	7	Deixar de manter em dia toda a documentação fiscal, documentação do motorista e documentação do veículo, bem como os laudos e as vistorias de segurança.
	8	Deixar de manter o veículo com os requisitos mínimos de segurança.
	9	Deixar de substituir ou manter motorista sem adequada qualificação.
<b>Gravíssimo</b>	10	Permitir situação que possibilite risco à saúde, dano físico, lesão corporal ou consequências letais aos passageiros usuários, tripulantes e terceiros.

**19.2.11** As infrações previstas na Tabela 2 (acima) são exemplificativas, podendo demais situações serem julgadas conforme suas ocorrências e fatos específicos;

**CAPÍTULO VII**  
**DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**21. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**21.1** A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência Pública, na sua forma eletrônica, nos termos dos Art. 6º, inciso XXXVIII, Art. 17, § 2º, e Art. 34, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**21.2** Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento por menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;

**22. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

**22.1** A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF);
- b) a proposta financeira deverá ser formulada contendo o preço total da tarifa, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto (planilhas de custos por linha);
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência;
- e) assinatura do responsável legal da empresa;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

### **23. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

**23.1** Poderão participar do processo de licitação qualquer pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de Transporte Coletivo de Passageiros que satisfaça as exigências do edital e seus anexos, que apresente toda a documentação exigida pela Administração e cumpra com todas as obrigações e legislação aplicável;

### **23.2 REGULARIDADE JURÍDICA, FISCAL E FINANCEIRA**

Documentação que demonstre estar de acordo com todas as exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista e de qualificação econômico-financeira estabelecidas na Lei 14.133/2021;

### **23.3 CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestado de capacidade e qualificação técnica, comprovando a prestação de serviço no ramo de atividade similar, informando se foram cumpridas as obrigações e os prazos de execução, e ainda a qualidade dos serviços prestados. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o nome, cargo e assinatura do responsável pela informação.

### **23.4 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Estar de acordo com todas as Leis, Decretos, Normas, Normativas, Diretrizes e Orientações que regulamentam o Transporte Coletivo de Passageiros em nível municipal, estadual e federal, em especial o que determina a Constituição Federal e as demais leis descritas nos subitens a seguir:

- a) Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Transito Brasileiro;
- b) Lei Federal nº 8.987/1995 – Lei das Concessões;
- c) Lei Municipal nº 1.021/1980 – Lei Municipal do Transporte Coletivo de Passageiros;
- d) Lei Municipal nº 1.859/1991 – Dispões Sobre a Permissão para Exploração do Transporte Coletivo de Passageiros;
- e) Lei Municipal nº 6.042/2023 – Altera a Lei Municipal nº 1.859/1991;
- f) Decreto nº 14.409/2013 – Regulamenta a Operação do Serviço de Transporte Coletivo de São Borja;

### **23.5 VEDAÇÃO E EXCLUSÃO**

**23.5.1** Não haverá tratamento diferenciado e simplificado (cotas) para as microempresas e empresas de pequeno porte nos itens estimados acima do limite previsto na Lei Complementar 123/2006 devido a divisão dos mesmos representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado;

**23.5.2** Considerando o serviço comum continuado a ser contratado, visando a competitividade e a ampla concorrência, fica vedado a participação de empresas em consórcios no certame;

### **24. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

**24.1** A estimativa de preços e os valores de referência demonstrados na tabela a seguir (Tabela 3) foram obtidos através de planilhas de custo, conforme ANEXO III, baseadas em estudos e metodologias que regem a matéria, bem como pesquisa de preços no mercado local;

**24.3** O detalhamento da metodologia utilizada para os cálculos está descrita no ANEXO IV;

**Tabela 3. Estimativa de preços**

Lote	Item	Especificação (Linha)	Unidade	Valor Referência
1	1	Linha Samburá / São Borja	Tarifa	R\$ 61,36
	2	Linha São Borja / Samburá		
2	3	Linha Vila Brittes / São Borja	Tarifa	R\$ 61,07
	4	Linha São Borja / Vila Brittes		
3	5	Linha R. de Santana / São Borja	Tarifa	R\$ 51,62
	6	Linha São Borja / R. de Santana		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Os preços que fundamentam a estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações e as normas que regem a matéria, conforme Planilhas de Custos, ANEXO III, e metodologia, detalhada no ANEXO IV, deste Termo de Referência.

\_\_\_\_\_  
Vinícius Krause Vieira, Matrícula 2095

São Borja/RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Não se aplica (sem custos ao Município);

**CAPÍTULO VIII**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**26. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**26.1** A Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a celebrar o contrato administrativo, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega do objeto licitado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sujeitar-se-á às penalidades descritas no instrumento convocatório/edital e minuta do contrato, em conformidade com o que prescreve a Lei 14.133/21;

**26.2** Este Termo de Referência faz parte integrante do instrumento convocatório/edital e da minuta do contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito;

**26.3** Faz parte integrante deste Termo de Referência:

- ANEXO I** – Descrição detalhada do serviço;
- ANEXO II** – Checklist de Fiscalização e Aferição de Qualidade;
- ANEXO III** – Planilhas de Custos;
- ANEXO IV** – Metodologia de Cálculo da Planilha de Custos;

São Borja/RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
Hemetério Augusto Galvani Monteiro  
Fiscal de Trânsito  
Matrícula 0591

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO DA PASTA  
Moacir Antônio de Oliveira Tiecher  
Secretário da SMIESUST  
Decreto nº 18.904/2021

( ) Defiro  
( ) Indeferio

\_\_\_\_\_  
Prefeito de São Borja/RS